

4.13 Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
 4.14 Lei nº 8.137/1990 (Crimes Contra a Ordem Tributária).
 4.15 Lei nº 8.176/1991 (Crimes Contra a Ordem Econômica).
 4.16 Lei 8.245/1991 (Locações dos Imóveis Urbanos).
 4.17 Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e a OAB).
 4.18 Lei nº 9.029/1995 (Práticas Discriminatórias Relativas à Gravidez no Trabalho).
 4.19 Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais).
 4.20 Lei nº 9.279/1996 (Lei da Propriedade Industrial).
 4.21 Lei nº 9.296/1996 (Lei de Intercepção Telefônica).
 4.22 Lei nº 9.434/1997 (Lei do Transplante de Órgãos).
 4.23 Lei nº 9.455/1997 (Tortura).
 4.24 Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro).
 4.25 Lei nº 9.605/1998 (Lei do Meio Ambiente).
 4.26 Lei nº 9.609/1998 (Lei do Software).
 4.27 Lei nº 9.610/1998 (Lei sobre Direitos Autorais).
 4.28 Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de Capitais).
 4.29 Lei nº 9.807/1999 (Programa de Proteção à Testemunha).
 4.30 Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa).
 4.31 Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).
 4.32 Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência).
 4.33 Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança).
 4.34 Lei nº 11.340/2006 (Lei "Maria da Penha").
 4.35 Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas).
 4.36 Lei nº 12.037/2009 (Identificação Criminal do Civilmente Identificado).
 4.37 Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial).
 4.38 Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).
 4.39 Lei nº 12.830/2013 (Investigação Criminal conduzida pelo Delegado de Polícia).
 4.40 Lei nº 12.850/2013 (Lei de Repressão às Organizações Criminosas).
 4.41 Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).
 4.42 Lei nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude).
 4.43 Lei nº 12.984/2014 (Lei contra Discriminação de Portadores de HIV).
 4.44 Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
 4.45 Lei nº 13.257/2016 (Políticas Públicas para a Primeira Infância).
 4.46 Lei nº 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo).
 4.47 Lei nº 13.431/2017 (Lei de Acesso Especial).
 4.48 Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração).
 4.49 Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).
 4.50 Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade).
 4.51 Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime).
 4.52 Lei nº 13.974/2020 (Reestruturação do COAF).
 4.53 Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
 4.54 Lei nº 14.232/2021 (Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres).
 4.55 Lei 14.344/2022 (Lei Henry Borel).
 4.56 Lei nº 14.540/2023 (Institui o Programa de Prevenção ao Assédio Sexual e demais crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta Federal, Estadual, Distrital e Municipal).
 4.57 Lei nº 14.541/2023 (Dispõe sobre a Criação e o Funcionamento Ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher).
 4.58 Lei nº 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte).
 5. MEDICINA LEGAL
 5.1 Medicina Legal: conceito; da necessidade e da utilidade da Medicina Legal nos diversos ramos do Direito.
 5.2 Perícia e perito: conceitos; da necessidade da perícia no Direito; da atuação do perito nos diversos ramos do Direito; da manifestação dos peritos; documentos médico-legais.
 5.3 Traumatologia médico-legal.
 5.4 Toxicologia médico-legal.
 5.5 Asfisiologia médico-legal.
 5.6 Tanatologia médico-legal.
 5.7 Lei sobre Transplante e Doação de Órgãos (Lei nº 9.434/97).
 5.8 Sexologia médico-legal: dos crimes contra a dignidade sexual; do abortamento e do infanticídio.
 5.9 Psicologia e Psicopatologia médico-legais.
 5.10 Identidade e identificação: identificação policial ou judicial e identificação antropológica, incluindo-se a genética.
 5.11 Infortunistica.
 6. DIREITO CONSTITUCIONAL
 6.1 Direito Constitucional: conceito, objeto, formação, fontes, conteúdo. Constitucionalismo. Poder Constituinte. Emendas à Constituição. Crises.
 6.2 Constituição: tipologia, classificação, concepções, legitimidade. Supremacia.
 6.3 Força normativa da Constituição. Efetividade das normas constitucionais.
 6.4 Sistema constitucional: Os valores na Constituição. Dos preceitos fundamentais. Fins e funções do Estado.
 6.5 Princípios constitucionais: interpretação, conceito, conteúdo, forma e relevância. Princípios e normas.
 6.6 Normas constitucionais: aplicação, natureza, classificação, lacunas na Constituição. Eficácia das normas constitucionais. Interpretação constitucional. Métodos e conceitos aplicados à interpretação constitucional. Fenômenos constitucionais.
 6.7 Controle de constitucionalidade. Sistemas de controle, critérios e modos de exercer o controle de constitucionalidade. Inconstitucionalidades. Supremacia da Constituição Federal. Ação declaratória de inconstitucionalidade, finalidade, objeto e efeitos. Ações Constitucionais.
 6.8 Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, características, funções, titularidade, destinatários, colisão e ponderação de valores. Teoria Geral das Garantias. Direitos e deveres individuais e coletivos em espécie.
 6.9 Proteção judicial dos direitos fundamentais: Ações Constitucionais. Proteção não judicial.
 6.10 Direitos sociais. Teoria Geral dos Direitos Sociais. Classificação. Efetivação.
 6.11 Direito de nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil.
 6.12 Democracia. Regime Político: conceito, pressupostos, valores, princípios, tipos e exercício.
 6.13 Direito da cidadania: direitos políticos positivos e negativos. Partidos políticos.
 6.14 Organização do Estado: formação, desenvolvimento, evolução, soberania, globalização. Estado federal: conceito, surgimento, evolução e características. Federação brasileira: componentes e intervenção. Competências e sua repartição.
 6.15 União: natureza jurídica, competências e bens.
 6.16 Estados federados: natureza jurídica, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites.
 6.17 Constituição Estadual: conceito, competência, limites, elementos e organização política do Estado de São Paulo. Poderes remanescentes.
 6.18 Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites. Lei Orgânica e seus elementos, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
 6.19 Distrito Federal e Territórios.
 6.20 Organização Administrativa do Estado: Administração Pública – noção, princípios, normas e organização. Servidores Públicos civis e militares – regime jurídico constitucional.
 6.21 Organização funcional do Estado: princípio da separação dos poderes – essência, evolução, significado e atualidade.

6.22 Poder Legislativo: funções, organização e funcionamento. Espécies normativas. Processo legislativo. Complementar nº 95/1998 (Consolidação Legislativa).
 6.23 Poder Executivo: Presidente da República, Governadores e Prefeitos – eleição, reeleição, perda do mandato, impedimento, substituição, sucessão, vacância, responsabilidade e atribuições. Ministros de Estado, Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional.
 6.24 Poder Judiciário: funções, organização, competências, funcionamento e Súmulas Vinculantes.
 6.25 Ministério Público. Advocacia. Defensoria Pública.
 6.26 Estado de Defesa. Estado de Sítio. Forças Armadas. Segurança Pública. Polícia Civil.
 6.27 Ordem social: fundamentos e objetivos. Seguridade social, educação, cultura e desporto. Comunicação social, meio ambiente, família, criança, adolescente, idoso e índio.
 7. DIREITOS HUMANOS
 7.1 Direitos Humanos: conceito, surgimento, evolução histórica, classificação e características. Documentos históricos. Organização nas Nações Unidas: papel, surgimento e objetivos.
 7.2 Dignidade humana. Vigência e eficácia dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos demais direitos.
 7.3 Grupos vulneráveis e minorias. Diversidades: história, preconceito, discriminação, racismo, homofobia, transfobia, igualdade, ações afirmativas, interseccionalidade.
 7.4 Incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos ao direito brasileiro. Conflitos.
 7.5 Sistema Internacional de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos. Sistemas Regionais de Proteção aos Direitos Humanos. Sistema Interamericano.
 7.6 Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (Aprovada na Nona Conferência Internacional Americana, Bogotá, 1948).
 7.7 Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1948).
 7.8 Carta Internacional de Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP -1966), Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC - 1966) e Protocolos Facultativos; Tratados, Pactos e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos firmados e incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro.
 7.9 Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) e Protocolo (promulgada pelo Decreto nº 50.215/1961) e Lei 9.474/1997.
 7.10 Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1966).
 7.11 Convenção Americana de Direitos Humanos - "Pacto de São José da Costa Rica" (1969).
 7.12 Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (Adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 34/169, de 17 de dezembro de 1979). Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento dos Presos. Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade Para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok).
 7.13 Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder (1985).
 7.14 Convenção Interamericana para Prevenir e Reprimir a Tortura (1985)
 7.15 Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, China, 1995).
 7.16 Convenção Interamericana contra a Corrupção (1996).
 7.17 Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos (Defensores de Direitos Humanos) (Resolução 53/144 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 9 de dezembro de 1998).
 7.18 Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional (Decreto 4.388/2002).
 7.19 Protocolo de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças (Decreto 5.017/2004).
 7.20 Princípios de Yogyakarta (Indonésia, 2006).
 7.21 Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 (Decreto 7.037/2009).
 7.22 Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho concernente ao Trabalho Forçado ou Obrigatório (Decreto nº 10.088/2019).
 7.23 Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (Guatemala, 2013 – Decreto nº 10.932/2022).
 7.24 Convenção sobre o Crime Cibernético (Decreto nº 11.491/2023).
 7.25 Programa Estadual de Direitos Humanos (Decreto Estadual nº 42.209, de 15 de setembro de 1997).
 7.26 Lei Estadual nº 10.948 de 05 de novembro de 2001 (Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências).
 7.27 Decreto Estadual nº 55.589, de 17 de março de 2010 (Regulamenta a Lei nº 10.948/2001).
 7.28 Decreto Estadual nº 55.588 de 17 de março de 2010 (Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas).
 7.29 Decreto Estadual nº 55.839, de 18 de maio de 2010 (Institui o Plano Estadual de Enfrentamento à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT e dá providências correlatas).
 7.30 Lei Estadual nº 14.187/2010 (Dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial).
 7.31 Lei nº 13.874/2019 (Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e garantias de livre mercado).
 7.32 Lei Estadual nº 17.431/2021.
 8. DIREITO ADMINISTRATIVO
 8.1 Direito Administrativo: conceito, evolução histórica, fontes, métodos e critérios interpretativos, relação com outros ramos do Direito.
 8.2 Princípios do Direito Administrativo.
 8.3 Administração Pública: em sentido amplo (Administração Pública e Governo – aspectos objetivo e subjetivo) e em sentido estrito (funções administrativas e os sujeitos incumbidos de desempenhá-las).
 8.4 A Administração Pública Direta e Indireta: entidades e órgãos. Classificação dos órgãos públicos. Desconcentração e descentralização administrativas. Entidades integrantes da Administração Pública descentralizada.
 8.5 Entidades em colaboração com o Estado e Terceiro Setor. Serviços sociais autônomos. Organizações Sociais. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
 8.6 Princípios regenciais da Administração Pública. Princípios constitucionais explícitos e implícitos da atividade administrativa estatal. Transparência e probidade administrativa.
 8.7 Servidores públicos. Servidores públicos do Estado de São Paulo. O regime jurídico do policial civil paulista.
 8.8 Poderes e deveres da Administração. Uso legítimo e abuso de poder. Poderes em espécie.
 8.9 Poder de Polícia.
 8.10 Atos administrativos.
 8.11 Processo Administrativo. Processo Administrativo Disciplinar.
 8.12 Licitação, Contratos Administrativos.
 8.13 Serviços Públicos. A ordem e os direitos sociais. Conceito, classificação e princípios. Competência dos entes federados. Formas de prestação dos serviços públicos. Serviços públicos concedidos, permitidos e autorizados. Parceria público-privada.

Consórcios e convênios administrativos. A defesa do usuário/consumidor de serviço público.
 8.14 Bens Públicos.
 8.15 Intervenção do Estado na propriedade.
 8.16 Intervenção do Estado no domínio econômico. A ordem econômica. Formas de atuação. O Estado regulador: a repressão ao abuso do poder econômico. O Estado executor. Monopólio estatal.
 8.17 Responsabilidade Civil do Estado.
 8.18 Controle administrativo, legislativo e judicial da Administração Pública. Formas, meios e instrumentos. Garantias administrativas e processuais dos administrados.
 8.19 Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 207/1979).
 8.20 Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261/1968).
 8.21 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942).
 8.22 Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992).
 8.23 Lei Estadual do Processo Administrativo (Lei nº 10.177/1998).
 8.24 Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).
 8.25 Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).
 8.26 Lei nº 13.460/2017 (Lei do Usuário do Serviço Público).
 8.27 Lei Estadual nº 10.294/1999 (Proteção e Defesa do Usuário do serviço Público).
 8.28 Lei nº 14.129/2021 (Princípios, regras e instrumentos para aumento da eficiência pública).
 8.29 Lei Complementar do Estado de São Paulo nº 1.361/2021.
 9. DIREITO CIVIL
 9.1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/1942).
 9.2 Das pessoas. Pessoas naturais. Pessoas jurídicas.
 9.3 Do domicílio.
 9.4 Dos bens. Diferentes classes de bens.
 9.5 Dos Fatos jurídicos. Negócio Jurídico. Atos jurídicos lícitos ilícitos.
 9.6 Do Direito das Obrigações. Modalidade das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações.
 9.7 Títulos de Crédito.
 9.8 Da responsabilidade civil. Obrigação de indenizar. Indenização.
 9.9 Do Direito das Coisas. Posse. Direitos reais. Propriedade. Superfície. Uso. Habitação.
 9.10 Do Direito de Família. Direito Pessoal. Direito Patrimonial. União Estável. - Das Sucessões. Sucessão em geral. Sucessão legítima.
 9.11 Lei 12.318/2010 – (alienação parental).
 10. NOÇÕES DE INFORMÁTICA
 10.1 Sistema operacional: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, digitalização de arquivos, interação com o conjunto de aplicativos para escritório, sistemas operacionais de dispositivos móveis ou portáteis.
 10.2 Editor de texto: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.
 10.3 Editor de planilha eletrônica: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, aplicação de filtros, classificação de dados.
 10.4 Mensageria eletrônica: conceito e utilização; correio eletrônico, uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, criação de regras para mensagens, anexação de arquivos, aplicativos de comunicação por mensagens em dispositivos móveis ou portáteis.
 10.5 Voz sobre IP (VOIP): conceito e utilização; softwares e aplicativos de comunicação por voz, áudio ou vídeo (videochamadas e videoconferências).
 10.6 Redes: conceitos, navegadores para computadores e dispositivos móveis ou portáteis, conceito de navegação internet e intranet, conceitos de URL, páginas, sítios eletrônicos (sítios), busca e impressão de páginas, redes sociais, sistemas de busca e pesquisa, proteção e segurança, configurações, armazenamento de dados na nuvem (cloudstorage), deep web e dark web.
 10.7 Hardware: Microcomputadores e periféricos: configuração básica e componentes; impressoras: classificação e noções gerais; dispositivos de armazenamento externo: conceito, classificação e noções gerais; dispositivos móveis ou portáteis: smartphones e tablets.
 10.8 Softwares maliciosos: malware, ransomware, vírus, phishing; spam; engenharia social; segurança da informação: mecanismos de segurança de redes, computadores, dispositivos móveis ou portáteis, autenticações em duas etapas, proteção de dados pessoais.
 ANEXO V
 ENDEREÇOS
 1. Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" – Secretaria de Concursos Públicos
 Endereço: Praça Professor Reynaldo Porchat, 219
 Cidade Universitária - São Paulo - SP
 CEP: 05508-100
 Horário: das 9 às 16 horas – dias úteis
 2. Fundação VUNESP
 Rua Dona Germaine Burchard, 515
 Água Branca – São Paulo - SP
 CEP: 05002-062
 Atendimento ao candidato: fone (11) 3874-6300 – em dias úteis, das 8 às 18 horas
 Sítio eletrônico: www.vunesp.com.br
 ANEXO VI
 MODELO 1 DE DECLARAÇÃO PARA CANDIDATO(A)
 D E C L A R A Ç Ã O
 (Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de cargos vagos na carreira de Delegado de Polícia – DP 1/2023)
 _____, RG nº _____,
 NOME DO(A) CANDIDATO (A)
 CPF nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, não estar sendo ou haver sido investigado(a) ou indiciado(a) em inquérito policial, não haver respondido ou estar respondendo a termo circunstanciado nem processado(a) criminalmente.
 _____, _____ de _____ de 2023.

 - Nome e assinatura do(a) candidato(a)
 ANEXO VII
 MODELO 2 DE DECLARAÇÃO PARA CANDIDATO(A)
 D E C L A R A Ç Ã O
 (Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de cargos vagos na carreira de Delegado de Polícia – DP 1/2023)
 _____, RG nº _____,
 NOME DO(A) CANDIDATO (A)
 CPF nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, () estar sendo investigado(a) em inquérito policial () ter sido investigado em inquérito policial () ter sido indiciado(a) em inquérito policial () estar respondendo a termo circunstanciado

() haver respondido a termo circunstanciado () estar respondendo a processo criminal () haver respondido a processo criminal, conforme segue abaixo: (indicar, para cada feito, data e resumo do fato, local, Unidade Policial e/ou Vara Judicial, situação atual e outros dados que julgar relevantes):
 _____, _____ de _____ de 2023.

 - Nome e assinatura do(a) candidato(a)
 COMUNICADO – EDITAL DE ABERTURA
 POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
 ACADEMIA DE POLÍCIA
 "DR. CORIOLANO NOGUEIRA COBRA"
 Secretaria de Concursos Públicos
 Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de cargos vagos na carreira de Escrivão de Polícia – EP 1/2023
 EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES
 Processo PCSP-PRC-2023/04191. A Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra", pela Comissão do Concurso, FAZ SABER que foi autorizado o presente concurso público conforme despacho do Excelentíssimo Governador do Estado de 8 de setembro de 2022 no processo SISAUT - 18000-2022-00004 e 18000-2022- 00006, publicado no Diário Oficial do Estado - DOE - Seção I, em 09 de setembro de 2022, página 03, que será regido pelos princípios e regras das Constituições da República e do Estado de São Paulo aplicáveis à espécie, nos termos da Lei Complementar nº 1.151, de 25 de outubro de 2011, e suas alterações, do Decreto nº 60.449, de 15 de maio de 2014, que fundamentam as instruções deste edital de abertura.
 DA COMISSÃO
 A Comissão do Concurso, na forma da deliberação da Congregação da Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra", publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE – Poder Executivo, Seção I, página 08, em 15 de abril de 2023, é constituída pelos Professores: Gilson César Pereira da Silveira (presidente), Ana Paula Batista Ramalho Soares (vice-presidente), Luis Augusto Castilho Stormi, Marcelo Jacobucci, Carlos José Paschoal de Toledo, Arlindo José Negrão Vaz, Bento da Cunha Junior (membros), Adriana Sampaio Liproni e Rodrigo Borges Petrilli (suplentes).
 CAPÍTULO I - DAS VAGAS
 1.1 Estas instruções regulam o concurso público para o provimento de 1.333 (mil, trezentos e trinta e três) cargos vagos na carreira de Escrivão de Polícia da Polícia Civil do Estado de São Paulo, reservando-se o percentual de 5% (cinco por cento), ou seja, 67 (sessenta e sete) vagas, às pessoas com deficiência, nos termos da Lei Complementar nº 683/1992, atualizada pela Lei Complementar nº 932/2002.
 1.1.1 Os cargos serão providos de acordo com a distribuição regional de vagas e respectiva reserva para pessoas com deficiência, conforme disposto adiante.
 1.1.2 Incide nas vagas o percentual de 5% (cinco por cento) aos(as) candidatos(as) deficientes, nos termos da Lei Complementar nº 683/1992.
 1.1.3 As vagas regionalizadas obedecem à seguinte distribuição:
 REGIÃO POLICIAL - VAGAS - VAGAS RESERVADAS A DEFICIENTES - TOTALIZAÇÃO
 CAPITAL - 294 - 15 - 309
 DEMACRO - 139 - 7 - 146
 DEINTER 1 (São José dos Campos) - 49 - 3 - 52
 DEINTER 2 (Campinas) - 95 - 5 - 100
 DEINTER 3 (Ribeirão Preto) - 107 - 6 - 113
 DEINTER 4 (Bauru) - 52 - 3 - 55
 DEINTER 5 (São José do Rio Preto) - 51 - 3 - 54
 DEINTER 6 (Santos) - 76 - 4 - 80
 DEINTER 7 (Sorocaba) - 138 - 7 - 145
 DEINTER 8 (Presidente Prudente) - 66 - 3 - 69
 DEINTER 9 (Piracicaba) - 112 - 6 - 118
 DEINTER 10 (Araçatuba) - 87 - 5 - 92
 TOTAL - 1266 - 67 - 1333
 1.1.3.1 No ato de inscrição o(a) candidato(a) deverá indicar uma das regiões, cujas vagas disputará.
 1.1.3.2 O aproveitamento dos(as) candidatos(as) considerados(as) classificados(as) dar-se-á exclusivamente em vagas indicadas entre as existentes na ocasião, vinculadas à opção de escolha do interessado no ato da inscrição e, via de regra, não se comunicam.
 1.1.3.2.1 Os(as) candidatos(as) aprovados(as) e classificados(as) em suas respectivas regiões constarão também de uma classificação única (geral e específica) de aprovados em nível estadual e, desde que não tenham sido aproveitados em vagas de sua região, poderão, respeitando o prazo de validade do Concurso e a ordem de classificação única, ser convocados(as) para escolha de vagas disponíveis em outras regiões que não contem com aprovados remanescentes.
 1.1.3.2.1.1 O(a) candidato(a) convocado(a) nos termos do item 1.1.3.2.1 poderá declinar das vagas oferecidas para aguardar eventual oportunidade na região onde se encontra aprovado(a) e classificado(a).
 1.1.4 Para fins de designação, a classificação obtida no curso de formação técnico-profissional determinará a ordem da escolha para as vagas regionalizadas listadas pela Administração na ocasião, observados os itens anteriores e, na hipótese de empate, terá preferência aquele que contar com a melhor classificação no concurso público e, persistindo o empate, aquele que tiver maior idade.
 CAPÍTULO II – DAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DO CARGO
 2.1 São atribuições inerentes ao exercício do cargo de Escrivão de Polícia aquelas previstas no Sistema Único de Cadastro de Cargos e Funções-Atividades (SICAD) da Unidade Central de Recursos Humanos do Estado de São Paulo (UCRH), sem prejuízo de outras a elas relacionadas ou delas decorrentes:
 2.1.1 secretariar a elaboração de boletins de ocorrência, termos circunstanciados, autos de prisão em flagrante, inquéritos policiais, processos, sindicâncias, apurações e demais peças e documentos de polícia judiciária, físicos, digitais e/ou de sistemas de tecnologia de informação, sob a presidência do Delegado de Polícia, além das funções previstas na Portaria DGP-30, de 14 de novembro de 2012 e na Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo (Lei Complementar nº 207/1979);
 2.1.2 responsabilizar-se pelo valor das fianças recebidas e pelos objetos de apreensão; conduzir veículos automotores; cumprir medidas de segurança orgânica; atuar nos procedimentos policiais de investigação; desempenhar outras atividades de natureza policial e administrativa, bem como executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.
 2.1.3 portar arma de fogo enquanto integrante da Polícia Civil (Lei nº 10.826/2003, artigo 6º, II);
 2.1.4 atuar com possibilidade de exposição a situações de risco.
 2.2 O perfil profissional encontra-se no Anexo II deste edital.
 CAPÍTULO III – DA REMUNERAÇÃO
 3.1 O Escrivão de Polícia de 3ª classe recebe o total de vencimentos a partir de R\$ 5.879,68 (cinco mil, oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos) correspondentes à soma dos valores do salário-base (R\$ 2.939,84 - dois mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos) mais a Gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Policial (RETP) (R\$ 2.939,84 - dois mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos).